



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação
Departamento Vigilância e Defesa Sanitária Animal
Divisão de Defesa Sanitária Animal

Nota Técnica DSA 005/2023

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2023.

Assunto: Prevenção da influenza aviária no Rio Grande do Sul

O Brasil nunca registrou casos de influenza aviária e ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de exportação de carne de frango. Apesar de ser exótica em território nacional, a influenza aviária de alta patogenicidade tem preocupado o mundo por ser uma doença viral altamente contagiosa e fatal para aves domésticas e silvestres com graves consequências ao comércio internacional. Humanos também podem ser acometidos pela doença através do contato com aves infectadas. Não há risco de transmissão pelo consumo de ovos ou de carne de aves.

A Divisão de Defesa Sanitária Animal do Rio Grande do Sul monitora de forma permanente a evolução dos focos de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade – IAAP, especialmente nos países da América do Sul (Colômbia, outubro de 2022), reforçando as medidas de prevenção junto à cadeia avícola e incrementando mecanismos de detecção precoce, no atendimento de notificações de casos suspeitos em aves domésticas e silvestres. Para fazer a gestão das atividades, foi constituído um grupo técnico com integrantes da SEAPI, SFA-RS/MAPA e Organização Avícola do RS. A participação da iniciativa privada é primordial para articulação da cadeia produtiva avícola. O objetivo é a atuação de forma estratégica na comunicação de risco, gestão de vigilância e preparação para resposta à eventual ingresso da doença, promovendo a articulação com o setor produtivo, órgãos ambientais e de segurança do Estado.

O maior risco de introdução da influenza aviária em território brasileiro é a partir do ingresso de aves migratórias infectadas. A recente detecção da doença em aves silvestres no Uruguai e Argentina e o momento de migração de aves silvestres deixam o RS em alerta máximo e exigem esforços público-privados redobrados.

A atuação do Serviço Veterinário Oficial do RS é permanente, com ações de fiscalização em granjas avícolas e estabelecimentos de venda de aves vivas, comunicação de risco e educação sanitária nos municípios, palestras técnicas orientando os produtores quanto às medidas de prevenção e à importância da notificação, vigilância em parques comunitários e atendimento de toda e qualquer notificação de caso suspeito.

Atendendo ao Plano Nacional de Vigilância de Influenza Aviária e Doença de Newcastle, o SVO-RS realizou recentemente uma vigilância ativa na avicultura industrial em 347 granjas com avaliação clínico epidemiológica dos lotes e colheita de amostras. Não houve detecção viral em nenhuma amostra coletada. No momento, outra amostragem de vigilância ativa de aves de



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação
Departamento Vigilância e Defesa Sanitária Animal
Divisão de Defesa Sanitária Animal

subsistência em propriedades localizadas em áreas de maior risco está sendo realizada. Estão incluídas propriedades próximas a sítios de aves migratórias assim como de municípios em regiões de rotas de migração. Todas as amostras coletadas até o momento foram negativas nos testes laboratoriais.

Medidas adotadas pelo Serviço Veterinário Oficial do RS:

- Investigação de toda e qualquer notificação de caso suspeito de síndrome respiratória e nervosa em aves;
- Reciclagem, capacitação e fornecimento de materiais aos médicos veterinários oficiais para o atendimento de notificações;
- Execução do Plano Nacional de Vigilância de Influenza Aviária e Doença de Newcastle – 2022 com colheita de amostras em aves comerciais e em aves de subsistência localizadas em áreas de maior risco como sítios de aves migratórias e municípios em regiões de rotas de migração;
- Suspensão temporária da participação de quaisquer espécies de aves em eventos com aglomeração no RS bem como do retorno de aves que participarem de eventos em outras Unidades da Federação ou no Exterior;
- Vigilância ostensiva em áreas de maior risco por equipes volantes e utilização de drones para monitoramento de aves de vida livre (migratórias e residentes) e investigação para detecção precoce em caso de eventual ingresso da doença no Estado;

Recomendações aos produtores e criadores de aves de subsistência (fundo de quintal):

- Reforço das medidas preventivas nos estabelecimentos avícolas:
- Revisar as telas, passarinheiras, portões e cumeeiras dos galpões;
- Proteger fontes, caixas d'água e silos de ração do contato com aves de vida livre;
- Desinfecção de veículos na entrada e saída (atenção para a correta diluição conforme recomendação na bula);
- Realizar a troca de roupas e calçados para ingressar na unidade produtiva;
- Não permitir a entrada de pessoas alheias ao processo produtivo nas granjas;
- Criações de aves com acesso a piquetes ou pátios: recomenda-se o fechamento das aves em galpões ou galinheiros e a proteção de bebedouros e comedouros para que seja evitado o contato com aves de vida livre;
- Comunicar imediatamente a Inspetoria de Defesa Agropecuária (IDA) em caso de ocorrência de alta mortalidade (maior ou igual a 10% em 72 horas) ou da identificação de aves com sinais respiratórios, neurológicos ou digestórios.



Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação
Departamento Vigilância e Defesa Sanitária Animal
Divisão de Defesa Sanitária Animal

Orientações à população:

- Não manipular nem recolher as aves mortas ou moribundas;
- Adquirir aves somente em casas agropecuárias devidamente autorizadas;
- Comunicar imediatamente ao Serviço Veterinário Oficial a ocorrência de aves com sinais respiratórios, neurológicos, digestórios ou alta mortalidade, inclusive em aves silvestres.

Toda população deve ficar atenta e pode colaborar comunicando diretamente a **Inspetoria** (IDA) do seu município ou através do **whatsapp (51) 98445-2033**. A comunicação imediata de ocorrências suspeitas permite ao SVO a aplicação de medidas de contingência, evitando a disseminação da doença em caso de ingresso no País.